

	Ata de Reunião	Código:
		FOR-DIGES-004-04 (V.00)

Identificação da Ata		
Título: AUDIÊNCIA PÚBLICA - “Justiça Acreana com Gênero e Raça – Homenagem a Ednaldo César Santos Júnior”		
Local: Auditório do Tribunal de Contas do Estado do Acre	Data: 27 de junho de 2025	Horário: 9h às 13h

Pauta
• Debate sobre gênero, raça e justiça no Acre • Apresentação de denúncias e dados sobre desigualdade estrutural • Propostas para fortalecimento de políticas públicas interinstitucionais • Encaminhamentos para instituições responsáveis • Abertura e Contexto Institucional (00:00 - 37:17) Valéria Santana iniciou a audiência destacando a importância histórica do Tribunal de Justiça realizar uma audiência pública sobre questões de gênero e equidade racial. Dr. Giordane Dourado conduziu a audiência pública, enfatizando que o objetivo era ouvir as demandas da comunidade, não fazer discursos formais. Audiência foi dedicada à memória do Juiz Edinaldo, reconhecido por seu trabalho na área de direitos raciais e identidade. • Políticas Públicas e Marcos Regulatórios (10:46 - 01:24:39) Tribunal de Contas do Acre criou o Ato nº 11 de 22 de maio de 2025, estabelecendo recomendações sobre

promoção de igualdade de gênero e étnico-racial.

Lei 10.639 (educação étnico-racial) não está sendo implementada há 21 anos no Acre, conforme denúncia de Terezinha Almeida.

Política Nacional de Saúde da População Negra não está sendo implementada adequadamente, resultando em mortes evitáveis.

-

Dados sobre Violência de Gênero (27:50 - 37:17)

Juiz Robson Shelton apresentou dados sobre violência doméstica em Feijó, incluindo caso de mulher que viveu ciclo de violência por 9 anos.

Rosa Maia revelou que em 2023 houve 9 feminicídios no Acre, sendo 5 de produtoras rurais.

Mulheres negras são as maiores vítimas de violência no estado, segundo dados do Observatório de Violência do MP.

-

Desafios na Área da Saúde (01:07:50 - 01:28:45)

Falta crítica de especialistas, especialmente ginecologistas, com listas de espera de 6 a 8 anos para cirurgias de mioma.

Dr. Thales mencionou que a maioria dos casos de HIV/AIDS no Acre está entre pessoas pretas e pardas.

População carcerária negra é majoritariamente medicalizada sem diagnóstico adequado de saúde mental.

-

Estrutura Institucional e Orçamento (48:44 - 01:26:45)

Defensoria Pública tem o menor orçamento do sistema de justiça, atendendo mais de 900 pessoas por dia, majoritariamente negras e pardas.

Apenas R\$ 35.000 do orçamento estadual são destinados para implementação de políticas raciais.

75% da população do Acre (população negra) é invisível no orçamento público estadual.

-

Educação e Capacitação (12:53 - 01:35:19)

Tribunal de Contas está desenvolvendo projeto de letramento racial de gênero para capacitar servidores.

Nenhuma universidade do Acre implementa adequadamente a Lei 10.639.

Necessidade de formação continuada sobre direitos humanos e combate ao racismo.

-

Desafios na Zona Rural (29:30 - 29:30)

Mulheres do campo enfrentam dificuldades específicas: distância das delegacias, isolamento geográfico, demora de 3 dias para chegar às cidades.

Apenas dois 'homens lilás' (promotores especializados) para atender todo o estado rural.

-

Propostas de Melhorias (29:30 - 01:35:19)

Necessidade de ampliar as Varas Maria da Penha para todos os municípios com recursos adequados.

Implementar campanhas de orientação sobre direitos das mulheres e combate ao patriarcado.

Fortalecer os conselhos de direitos com dotação orçamentária universal.

Criar estratégias específicas para chegada das políticas públicas na zona rural.

-

Ações

Dr. Giordane Dourado

Registrar todas as demandas apresentadas na audiência e encaminhar para as instituições competentes cobrando providências (19:39)

Elaborar carta com os encaminhamentos da audiência pública (19:39)

-

Tribunal de Contas do Acre

Implementar o projeto de letramento racial de gênero para servidores e apresentar como experiência nacional (15:03)

Aplicar as recomendações do Ato nº 11/2025 junto aos prefeitos e vereadores (10:46)

-

Defensoria Pública

Fortalecer presença nos presídios para atendimento adequado da população carcerária (01:13:53)

Estruturar adequadamente os 8 núcleos especializados de direitos humanos (51:40)

-

Secretarias de Educação

Fazer adesão ao curso de formação de professores para implementação da Lei 10.639 (01:22:48)

Implementar efetivamente a educação étnico-racial em todas as instituições de ensino (01:24:39)

-

Governo do Estado

Destinar dotação orçamentária adequada para implementação de políticas de combate ao racismo (01:26:45)

Implementar a Política Nacional de Saúde da População Negra (01:24:39)

Ampliar as Varas Maria da Penha para todos os municípios (01:35:19)

-

Ações Gerais

Criar campanhas de orientação sobre direitos das mulheres e patriarcado (01:33:42)

Estabelecer delegacias funcionando 24 horas em todos os municípios (01:30:25)

-

Denúncias de Violência e Racismo (00:03 - 02:04:58)

Mayra Chaves relatou sequestro, espancamento e humilhação em novembro de 2021, incluindo corte forçado de cabelos e violência física.

Denunciou revitimização por promotor de justiça que questionou veracidade dos fatos e tratamento inadequado na delegacia com apenas um policial disponível.

Cláudia Marques confirmou revitimização por promotor de justiça racista e misógino durante audiência, causando mal-estar à vítima.

Júnior (estudante de Psicologia/UFAC) relatou caso de racismo em supermercado onde foi acusado falsamente de roubo por segurança.

Delegacia se recusou a registrar boletim de ocorrência do caso de constrangimento ilegal do estudante.

-

Problemas no Sistema de Saúde (33:04 - 01:40:40)

Júlia Feitosa denunciou falta de cirurgias ortopédicas no SUS com fila de mais de 100 pessoas aguardando, obrigando judicialização.

Ausência de ginecologistas no Estado, com consultas custando entre 400-500 reais no setor privado.

Janete (representante da Associação de pessoas com HIV/AIDS) relatou precariedades no SAI: falta de medicamentos, reagentes para exames, mobiliário quebrado e funcionários não capacitados.

Helena (Conselho Estadual da Pessoa Idosa) denunciou abandono de idosos, falta de casa de repouso em Rio Branco e superendividamento de aposentados.

-

Questões Orçamentárias e Políticas Públicas (14:52 - 18:31)

Wagner apresentou análise do planejamento governamental 2024-2057: apenas R\$ 31 mil destinados à política de equidade racial de um orçamento de R\$ 12 bilhões.

Meta governamental para feminicídio até 2057 é de 2,2% - mesma taxa alcançada em 2023, sem redução prevista.

Orçamento de R\$ 150 mil para atendimento qualificado de mulheres vítimas de violência não foi executado até maio.

-

Direitos das Religiões de Matriz Africana (22:12 - 01:35:56)

Pai Lucas (Federação das Religiões de Matriz Africana) denunciou dificuldades para enterramento conforme tradições religiosas, necessitando intervenção do Ministério Público.

Lei municipal garante direito ao enterramento em solo, mas prefeitura não cumpre adequadamente.

Alexandre relatou racismo religioso durante marcha para Exu e discriminação em serviços de saúde.

-

Questões Rurais e Ambientais (01:23:22 - 01:48:17)

Teresinha Jesus (ex-seringueira) denunciou falta de implementação da Lei dos Quintais Produtivos (Lei 11.642/2023) e ausência de agentes de saúde nas comunidades rurais.

Giovana destacou que mulheres rurais são mais afetadas pelas mudanças climáticas e defendeu fortalecimento dos quintais produtivos como economia invisível do Estado.

45% da agricultura familiar está nas mãos de mulheres, maioria sendo mães solo.

-

Questões Indígenas (01:31:54 - 01:33:35)

Representante da Sitoakore denunciou falta de acesso à saúde culturalmente adequada e demora de até um ano para consultas especializadas.

Mulheres indígenas enfrentam dificuldades para acessar ensino superior e trabalho digno na cidade.

Políticas Públicas Essenciais para Mulheres Indígenas no Acre: Um Chamado Urgente

Prezadas autoridades e comunidade,

É imperativo que direcionemos nosso olhar e nossas ações para as mulheres indígenas do Acre, guardiãs de saberes ancestrais e pilares de suas comunidades, mas que ainda enfrentam desafios sistêmicos e violências diárias. Ao construir políticas públicas para elas, devemos considerar as especificidades de suas vidas, tanto dentro quanto fora de seus territórios.

Nossas pautas devem ser fundamentadas em pilares essenciais:

Saúde: É crucial garantir acesso a serviços de saúde de qualidade, culturalmente sensíveis e que respeitem as práticas tradicionais. Isso inclui saúde sexual e reprodutiva, pré-natal, combate à mortalidade materna e infantil, e atenção psicossocial, considerando o impacto do trauma e da violência. É inaceitável que a falta de acesso a cuidados básicos ainda seja uma realidade.

Educação: Precisamos de uma educação diferenciada, bilíngue e intercultural, que valorize e fortaleça suas línguas, histórias e cosmologias. Ao mesmo tempo, devemos oferecer oportunidades de formação técnica e superior que as empoderem para construir seus próprios caminhos, superando a falta de oportunidades que muitas vezes as restringe.

Segurança e Combate à Violência: A violência contra a mulher indígena, seja ela física, psicológica, sexual ou patrimonial, é uma chaga que precisa ser erradicada. Precisamos de mecanismos eficazes de denúncia, acolhimento e proteção, que considerem as especificidades de suas culturas e territórios. Aumentar a segurança dentro e fora das aldeias significa garantir que essas mulheres possam viver sem medo, livres da exploração e do abuso.

Cultura e Oportunidades: Suas culturas são tesouros vivos. As políticas públicas devem proteger e promover

suas manifestações culturais, combatendo o preconceito e a discriminação. É fundamental criar e fomentar oportunidades de geração de renda sustentável, valorizando seus conhecimentos tradicionais, artesanato e empreendedorismo, para que a falta de oportunidade não as empurre para situações de vulnerabilidade.

É tempo de reconhecer a urgência dessas demandas. As políticas públicas não podem ser meras formalidades; elas devem ser construídas com a participação ativa das mulheres indígenas, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e suas necessidades atendidas. Só assim construiremos um futuro mais justo e equitativo para todas.

-

Questões do Sistema Carcerário (47:44 - 47:44)

Lúcia Ribeiro apresentou dados: 8.302 presos no Acre, sendo 6.400 homens negros com ensino fundamental incompleto.

Crimes predominantes: homicídio, roubo, furto e tráfico de drogas, evidenciando criminalização da pobreza.

-

Deficiências na Fiscalização (02:16:44 - 02:19:07)

Dr. Thalles (Ministério Público) revelou existência do projeto 'Pacificar' desde 2015 que paralisa casos de racismo, homofobia e intolerância religiosa em conciliações.

6.338 processos de constrangimento ilegal 'pacificados' ao invés de investigados adequadamente.

-

Ações

-

Tribunal de Justiça

Encaminhar ofícios para todas as instituições mencionadas com base nas denúncias registradas (02:26:08)

Fazer gestões para criação de delegacia especializada em crimes de ódio (02:21:00)

Articular formação sobre ouvidorias raciais junto ao Ministério da Igualdade Racial (01:17:01)

Designar juiz auxiliar para processos estruturais de direitos humanos (02:12:35)

-

Ministério Público

Investigar casos de racismo institucional na Polícia Federal envolvendo professora universitária (01:18:58)

Processar denúncia contra Mercado Arasuji por discriminação racial (02:15:02)

Revisar projeto 'Pacificar' que impede investigação adequada de crimes de ódio (02:19:07)

Acompanhar caso da Mayra Chaves sobre revitimização por promotor (11:29)

-

Governo do Estado

Implementar recorte racial nas fichas de atendimento dos serviços públicos (01:21:06)

Criar Secretaria de Igualdade Racial com orçamento próprio (01:58:22)

Aderir ao Plano Nacional Juventude Negra Viva (02:09:17)

Executar orçamento de R\$ 150 mil para atendimento qualificado de mulheres vítimas de violência (18:31)

-

Prefeitura de Rio Branco

Criar Secretaria da Mulher com dotação orçamentária própria (01:58:22)

Garantir cumprimento da lei municipal para enterramento de povos de terreiro (24:02)

Implementar Lei dos Quintais Produtivos (Lei 11.642/2023) (01:25:10)

-

Secretaria de Saúde

Reestruturar o SAI com medicamentos, equipamentos e funcionários capacitados (53:40)

Reduzir fila de cirurgias ortopédicas através de parcerias ou contratações (34:41)

Capacitar funcionários para atendimento não discriminatório (01:21:06)

Observações

- A audiência foi dedicada à memória do Juiz Ednaldo César Santos Júnior.
- Houve intensa participação de representantes da sociedade civil, movimentos sociais, povos tradicionais, órgãos do sistema de justiça e entidades de fiscalização.
- Diversos casos de racismo institucional, violência de gênero e omissão do poder público foram denunciados.
- As recomendações e deliberações serão sistematizadas em carta pública com previsão de ampla divulgação.

Participantes

De acordo com a Lista de Presença, Anexo I



Documento assinado eletronicamente por **Giordane de Souza Dourado, Juiz(a) Auxiliar da Presidência**, em 30/06/2025, às 13:54, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjac.jus.br/verifica> informando o código verificador **2134568** e o código CRC **8B5CED14**.